

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial*. 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002. (Biblioteca Comunitária de Pernambuco, Ensaio 4)

*Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa**

Esta região ingrata, para o qual o próprio tupi tinha um termo sugestivo *pora-pora-eima* [lugar despovoado, estéril], renascente ainda numa das serranias que a fecham pelo levante (Borborema), foi o asilo do tapuia. Batidos pelo português, pelo negro e pelo tupi coligados, refluindo ante o número, os indômitos cariris encontraram proteção singular naquele colo duro da terra, escalavrado pelas tormentas, endurecido pela ossamenta rígida das pedras ressequido pelas soalheiras esvurmindo espinheiras e caatingas. Ali se amorteciam, caindo no vácuo das chapadas, onde ademais nenhuns indícios se mostravam dos mistérios apetecidos, os arremessos das bandeiras. A tapuietama [região do Tapuia] misteriosa ataviara-se para o estoicismo do missionário. As suas veredas multívias e longas retratavam a marcha lenta, torturante e dolorosa dos apóstolos. As bandeiras que a alcançaram decampavam logo, seguindo rápidas, fugindo, buscando outras paragens.

O relato acima, portal de um dos capítulos de *A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial*, de Maria Idalina da Cruz Pires, pertencente à obra *Os sertões*, de Euclides da

* Pesquisadora da Fundação Nacional do Índio, Professora do Centro Universitário-UNIVAG, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: annamaria@brturbo.com.br

Cunha, retrata as suas impressões sobre a região e o despovoamento no sertão nordestino.

Foi essa região que alguns grupos indígenas, genericamente denominados Tapuia, elegeram como asilo, refúgio, fugindo da perseguição violenta do português, dos Tupi, seus confederados, e do negro, que chegavam, invencíveis, em quantidade. Ali, no sertão, segundo Darcy Ribeiro, encontraram a proteção necessária, negando o estabelecimento de “uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço continuado, ao longo de décadas, para dominar cada região”.

O nome Tapuia, atribuição dada pelos Tupi, foi explicado pela autora com a pertinência merecida. Termo genérico, “etnograficamente pobre”, mas, sem dúvida, “riquíssimo em significados históricos”, conforme apontou Ronaldo Vainfas, pode ser entendido como “o outro, o selvagem, o bárbaro, os inimigos contrários”. Os Tapuia, povos da família Jê e de línguas isoladas, portanto, falantes de idiomas distintos, compreendiam os indígenas kariris, janduís, paiacus, canindés, surucus, icós, tocarubas, dentre muitos, e formavam um conjunto heterogêneo que habitava, principalmente, o interior da região de caatingas.

A aglutinação desses vários grupos indígenas demonstrou uma forma de resistência adotada por eles, superando, de certa maneira, as dificuldades relativas à diversidade étnica, comprovada pela própria duração da guerra que ocasionou um número elevado de mortes nas vilas luso-brasileiras e gastos excessivos destinados à manutenção das tropas.

O significado histórico da palavra Tapuia encontra-se também no *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, sob a direção de Ronaldo Vainfas, no verbete de Ronald Raminelli. Segundo o autor, “desde o início da colonização, os portugueses dividiram os ameríndios em dois grupos: tupi e tapuia”; os grupos indígenas Tupi possuíam uma certa uniformidade lingüística, ao contrário dos Tapuia, que eram compreendidos por unidades distintas, no que concerne à cultura e à língua, por isso, não constituindo um etnônimo.

Os grandes grupos Tupi e Tapuia indicaram posições em pólos distintos: os do litoral e mata tropical aos antagônicos índios do interior e da caatinga; os que apresentavam certa homogeneidade em oposição à diversidade lingüística e cultural, àqueles cujo contato intermitente foi imposto, ao contrário dos grupos que mantiveram, em princípio, relação

esporádica e, conseqüentemente, vinculando informações imprecisas sobre seus modos de viver.

A obra de Maria Idalina da Cruz Pires propõe-se a estudar a Guerra dos Bárbaros, ocorrida, entre os anos de 1680 e 1720, no sertão de Rodelas, em Pernambuco, na Ribeira do Açú, no Rio Grande do Norte, na Ribeira do Jaguaribe, no Ceará, incluindo os sertões do Piauí e Paraíba, recorte este denominado Guerra do Açú. Os estudos historiográficos que retratam as revoltas indígenas no Nordeste colonial compreendidas nesse período caracterizam-se pela escassa abordagem, razão pela qual esta obra merece destaque.

Entretanto, não somente pela carência de dados e de análises sobre Guerra dos Bárbaros, ela deve ser referenciada. Em sua segunda edição (originalmente publicada em 1990), reafirma-se, nas raras constelações, no lugar tão esperado das obras historiográficas que tratam da questão indígena. Da mesma forma, Ronaldo Vainfas destaca a proposta de Maria Idalina da Cruz Pires ao lembrar que

só muito recentemente nossos historiadores vêm dedicando pesquisas às temáticas indígenas na situação colonial, matéria que, durante décadas, só mereceu a atenção de etnólogos, sociólogos e antropólogos, salvo raras exceções.

A obra, prefaciada por Marc Jay Hoffnagel (1ª edição) e por Armando Souto Maior (2ª edição), traz, em cada uma das duas extremidades da sobrecapa, apreciações de Potiguar Matos e Ronaldo Vainfas e está dividida em quatro capítulos. A iconografia interna apresenta reproduções de Albert Van der Eckhout (1610-1666), Johann Moritz Rugendas (1801-1859) e vinhetas, lateral e de remate, extraídas da obra *História dos índios no Brasil*, sob organização de Manuela Carneiro da Cunha. A capa, *Índios*, que parece não corresponder à representação física dos Tapuia e nem mesmo à dos Tupi do Nordeste, é uma pintura a óleo de Virgínia Maria Neves Baptista. Na contracapa, duas imagens de Eckhout de um homem tapuia desnudo e de uma mulher tapuia sustentando um cesto-cargueiro e, em seu interior e em uma de suas mãos, fragmentos do corpo humano, pé e mão, respectivamente.

O primeiro capítulo, “A expansão da pecuária e o repovoamento do sertão”, faz uma análise da vida socioeconômica do Nordeste no

período colonial e do processo de invasão, conquista e povoamento no sertão dos Tapuia, desmistificando o discurso oficial proferido pelas frações ou frações de classes de que essa vasta região caracterizava-se por ser despovoada.

No segundo capítulo, “O conflito armado”, a autora debruça-se sobre as causas dos conflitos entre os Tapuia e os colonizadores portugueses, além de indicar geograficamente onde ocorreram os maiores embates que provocaram o extermínio de uma parcela significativa desses índios e a escravização dos poucos sobreviventes.

As contradições internas que permearam as relações dos colonizadores correspondem ao enfoque do terceiro capítulo, momento em que a autora filia-se à corrente marxista para explicar tanto as divisões internas entre os colonos quanto o momento em que esses vários setores sociais foram obrigados a unirem-se no propósito de sufocar o ânimo guerreiro dos Tapuia para, então, infiltrarem-se nos sertões nordestinos.

O último capítulo, intitulado “A permanente resistência indígena ao colonialismo”, consiste nas considerações finais em relação ao desfecho da Guerra dos Bárbaros e dos conflitos internos entre os europeus e seus descendentes que coexistiram à guerra.

Preliminarmente, o título dado à obra *A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial* merece destaque, pois acha-se em consonância com a problemática proposta pela autora, que, ao analisar a conquista e o povoamento do agreste e do sertão nordestinos, se dispõe a reconstruir a história da guerra entre os Tapuia e os colonizadores, além dos conflitos que surgiram entre os diversos agentes da colonização que se fizeram presentes na conquista dos índios do sertão nordestino e de seus territórios tradicionais.

A Guerra dos Bárbaros: resistência e conflitos no Nordeste colonial tem como tema central um dos principais conflitos entre europeus e indígenas na sociedade colonial brasileira, mais especificamente entre os diversos grupos denominados Tapuia e os colonos. As revoltas das populações autóctones são analisadas a partir da expansão da atividade pecuária implantada no sertão nordestino, em meados do século XVII e início do XVIII, a qual desencadeou um processo de espoliação e genocídio das populações indígenas ali existentes.

Além da reconstrução histórica da guerra propriamente dita, Maria Idalina da Cruz Pires se propõe também a desvendar os inúmeros

conflitos ocorridos entre os agentes da colonização presentes na conquista dos territórios dos Tapuia, bem como a evidenciar as maneiras pelas quais a metrópole portuguesa deu conta de direcionar as divergências e rivalidades internas.

Com clareza, defende a tese de que a Coroa portuguesa conquistou o território do interior nordestino após quase meio século de luta travada contra os Tapuia, adotando práticas de distribuição de benesses e favores às diversas facções antagônicas envolvidas no empreendimento de invasão e ocupação desses territórios dos indígenas.

Com as abordagens teórico-metodológicas dos autores filiados às redes intelectuais do marxismo, realiza operações de deslocamentos, possibilita uma releitura desse período colonial, analisando com afinco a composição da trama desencadeada com a chegada de diversas classes ou frações de classes nas terras áridas dos sertões nordestinos.

Em *A Guerra dos Bárbaros*, a autora toma emprestado de Poulantzas a análise das relações entre o Estado e o bloco sociopolítico no poder, o chamado “bloco hegemônico para entender as relações complexas que se estabeleceram entre as classes ou frações de classe, tendo em mente a coexistência de unidade e contradições dentro da sociedade colonial”, na luta contra os indígenas do sertão nordestino.

Nicolas Poulantzas, juntamente com L. Althusser e M. Godelier, se destaca como um dos expoentes do estruturalismo marxista, dedicando-se à aplicação do conceito de materialismo histórico aos problemas estratégicos do Movimento Comunista. A teoria defendida por Poulantzas, em oposição aos outros teóricos da III Internacional Comunista, aproxima-se da de Lênin, ao propor uma aliança com o conjunto das classes dominadas, como a dos camponeses, para criar condições revolucionárias objetivas.

É à corrente estruturalista althusseriana que Poulantzas alia-se, ao propor a noção da relação do bloco hegemônico, como uma combinação e superposição no poder político de diversas classes dominantes com o estado capitalista. No caso do conflito das diferentes etnias do interior nordestino com a sociedade colonial brasileira, ocorrido durante a segunda metade de do século XVII e o princípio do seguinte, a autora constata as contradições internas existentes no bloco de poder, divergências estas existentes tanto no nível econômico como no nível político e no social.

A bibliografia etnográfica de Gabriel Soares de Souza, Affonso Taunay, João Capistrano de Abreu, André João Antonil, Pierre Moreau e Roulox Baro, além de outros, foi fundamental à abordagem, enriquecendo-a em importantes considerações. Inserida na construção da narrativa histórica, contribui não apenas para preencher as enormes lacunas existentes em relação aos Tapuia, à colonização do sertão nordestino, mas também para a reconstrução da história da guerra, elucidando os conflitos gerados internamente entre os agentes da colonização.

Ao recontar a Guerra dos Bárbaros, a autora apresenta uma abordagem que se contrapõe à historiografia tradicional, na medida em que esta destaca, em geral, a força do processo de ocupação alavancada pelo setor açucareiro destinado à exportação para a metrópole. Dentro desse contexto, aponta a expansão da pecuária como a atividade econômica preponderante que permitiu a colonização e o extermínio de inúmeros povos indígenas que ficaram conhecidos genericamente por Tapuia.

Nas articulações e nos diálogos apresentados durante a narrativa, percebe-se que a autora, ao estudar o acervo documental referente aos Tapuia e aos vários conflitos ocorridos entre os agentes da colonização, recusa os interlocutores oficiais, para desmistificar a idéia etnocêntrica dos séculos XVII e XVIII, que, inclusive, não trata da presença Tapuia nos sertões do Nordeste colonial antes da chegada do europeu.

O diálogo com as fontes primárias indica também uma das estratégias adotada para montar sua narrativa histórica, demonstrando ora uma aproximação com as verdades existentes no documento, ora um distanciamento, contradizendo-o a partir de outras fontes estudadas e produzindo suas próprias verdades. Portanto, o alicerce da composição dessa trama está apoiado nos diversos deslocamentos executados pela autora, quando oferece outras abordagens, outros recortes, outras leituras à documentação pesquisada, trazendo-a para a corroboração de sua tese através da própria análise documental, como também na criação dos subtextos.

A clareza e a simplicidade, associadas às abordagens teórico-metodológicas, permeiam a construção da narrativa e indicam que o ofício do historiador em construir sua trama, em escolher seus pares, em

produzir novas abordagens, através de deslocamentos diferenciados e incomuns, foi cumprido.

A Guerra dos Bárbaros deve ser lida não somente por especialistas e interessados na questão indígena do Nordeste do Brasil, mas também por aqueles que anseiam por discussões relativas à diversidade cultural, às relações interétnicas e à própria formação do Estado brasileiro, em razão de apontar novas trilhas historiográficas.

Referências

POULANTZAS, Nikos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4. ed. São Paulo: Graal, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.